



**DESENVOLVIMENTO REGIONAL E A  
ECONOMIA DA SOCIOBIODIVERSIDADE  
NAS PEQUENAS CIDADES DA REGIÃO  
AMAZÔNICA: UMA ANÁLISE A PARTIR DA  
REGIÃO INTERMEDIÁRIA DE BREVES, PARÁ**

**REGIONAL DEVELOPMENT AND THE SOCIO-BIODIVERSITY  
ECONOMY IN SMALL CITIES OF THE AMAZON REGION:  
AN ANALYSIS BASED ON THE INTERMEDIATE REGION  
OF BREVES, PARÁ**

# DESENVOLVIMENTO REGIONAL E A ECONOMIA DA SOCIOBIODIVERSIDADE NAS PEQUENAS CIDADES DA REGIÃO AMAZÔNICA: UMA ANÁLISE A PARTIR DA REGIÃO INTERMEDIÁRIA DE BREVES, PARÁ

## REGIONAL DEVELOPMENT AND THE SOCIO-BIODIVERSITY ECONOMY IN SMALL CITIES OF THE AMAZON REGION: AN ANALYSIS BASED ON THE INTERMEDIATE REGION OF BREVES, PARÁ

Sandra Maria Fonseca Costa<sup>1</sup> | Bruno Peregrina Puga<sup>2</sup>  
Viviana Mendes Lima<sup>3</sup> | Cassiel Kim Antunes de Paula<sup>4</sup>

Recebimento: 05/09/2024  
Aceite: 09/04/2025

<sup>1</sup> Doutora em Informação Espacial (USP).  
Professora da Universidade do Vale do Paraíba.  
São José dos Campos – SP, Brasil.  
E-mail: sandra@univap.br

<sup>3</sup> Doutora em Saúde Global e Sustentabilidade (USP).  
Professora da Universidade do Vale do Paraíba.  
São José dos Campos – SP, Brasil.  
E-mail: geolimabrasilch@yahoo.com.br

<sup>2</sup> Doutor em Desenvolvimento Econômico (UNICAMP).  
Professor da Universidade do Vale do Paraíba.  
São José dos Campos – SP, Brasil.  
E-mail: bppuga@gmail.com

<sup>4</sup> Mestrando em Planejamento Urbano e Regional (UNIVAP).  
São José dos Campos – SP, Brasil.  
E-mail: cassielkim@outlook.com

## RESUMO

A busca por modelos de desenvolvimento local e regional que respeitem as particularidades da Amazônia e mantenham a floresta em pé não é recente. A crescente atenção voltada à produção e manejo de produtos da sociobiodiversidade, como o açaí, revela o potencial da bioeconomia como vetor de desenvolvimento aliado à conservação da Amazônia. Nesse contexto, é importante compreender o papel dessas dinâmicas econômicas em uma perspectiva de desenvolvimento regional, principalmente nas pequenas cidades da Amazônia. Sendo assim, este artigo tem como objetivo discutir o papel que a economia local e as cadeias da sociobiodiversidade desempenham nas pequenas cidades da Amazônia. Para tanto, apresenta uma análise investigativa desse desenvolvimento econômico da Região Intermediária de Breves, no Pará, para compreender como a produção do açaí contribui com esse processo local. A pesquisa analisou diferentes tipos de dados (primários e secundários) e entrevistas de campo realizadas entre 2014 e 2023. Os resultados indicam que esses pequenos núcleos urbanos se inserem de maneira desigual nesse mercado competitivo da produção e comercialização do fruto, para o mercado local, nacional e global do açaí, mas que pouco tem refletido no desenvolvimento endógeno dessas localidades amazônicas.

**Palavras-chave:** pequenas cidades; Amazônia; desenvolvimento; economia da sociobiodiversidade; açaí.

## ABSTRACT

The search for local and regional development models that respect the particularities of the Amazon and keep the forest standing is not recent. The increasing attention on the production and management of sociobiodiversity products, such as açaí, reveals the potential of the bioeconomy as a driver of development aligned with Amazon conservation. In this context, it is important to understand the role of these economic dynamics from a regional perspective, especially in the small cities of the Amazon. Thus, this article aims to discuss the role that the local economy and sociobiodiversity chains play in the small cities of the Amazon. To this end, it presents an investigative analysis of the economic development in the Intermediate Region of Breves, Pará, to understand how açaí production contributes to this local process. The research analyzed various types of data (primary and secondary) and field interviews conducted between 2014 and 2023. The results indicate that these small urban centers are unevenly integrated into the competitive açaí production and trade market, serving local, national, and global markets. However, this has had little reflection on the endogenous development of these Amazonian localities.

**Keywords:** small cities. Amazon. development. sociobiodiversity economy. açaí.

## INTRODUÇÃO

“A Amazônia, antes de ser homogênea, é uma região extremamente complexa e diversificada” (Porto-Gonçalves, 2015, p. 1). Essa afirmação do geógrafo Carlos Walter é uma constatação da diversificação socioespacial desta região. Há muitas “Amazônias” dentro da Amazônia Legal. Além da “Amazônia verde”, da floresta e de seus problemas ambientais, existe uma outra, multicolorida, como resultado de diferentes processos socioespaciais, relacionados à ocupação e à exploração econômica. Becker explica que:

Há três grandes eldorados naturais no mundo contemporâneo: a Antártida, que é um espaço dividido entre as grandes potências; os fundos marinhos, riquíssimos em minerais e vegetais, que são espaços não regulamentados juridicamente; e a Amazônia, região que está sob a soberania de estados nacionais, entre eles o Brasil (Becker, 2005, p.77).

Assim, como um “eldorado”, a região teve períodos econômicos de “booms” e “busters” ao longo do seu processo de ocupação. Becker (2009) propõe três fases relacionadas a esse processo. Segundo a autora, a primeira se estabeleceu entre os anos de 1616 e 1930, nominada “formação territorial”, quando o controle do território privilegiou locais estratégicos da Amazônia, ocorrendo a posse progressiva da terra e a formação das unidades administrativas. De 1930 a 1985, estruturou-se a fase do planejamento regional, quando ocorreu uma aceleração da ocupação da região. A



terceira fase se iniciou a partir de 1985, nominada “incógnita do *Heartland*”, a partir da qual a Região se configurou como uma fronteira socioambiental e vários projetos foram implantados.

Santos (1980, p.18) explica que a Amazônia, ao longo do século XVIII, teve um “ciclo agrícola”, quando se produzia cacau, café, algodão, cana-de-açúcar. “A agricultura foi a principal atividade incentivada, oferecendo uma alternativa ou ao menos um complemento expressivo à coleta primária das ‘drogas do sertão’. [...], o principal produto exportável continuou sendo o cacau” (Santos, 1980)

A economia da borracha prosperou ao longo do século XIX. De acordo com Santos (1980), a borracha “destronou” o cacau, tendo se tornado o “*staple* da Amazônia”, principalmente em função do aumento da demanda internacional. O autor também explica que, apesar da dinâmica econômica, “o problema da escassez da mão-de-obra estrangulava a economia”, sendo que houve uma migração, dirigida e espontânea, direcionada aos seringais (Santos, 1980, p. 117). A economia da borracha vai colapsar por algumas razões: biopirataria de sementes da *Hevea brasiliensis*, pelo governo britânico para o Ceilão, o que levou ao domínio da exportação de borracha pelo oriente; e queda dos preços da borracha no mercado internacional, entre 1911 e 1914 (Santos, 1980, p. 256-257).

Esses fatores, como afirmou Santos (1980), associados à Primeira Grande Guerra e à incompetência técnica da União, causaram uma grande depressão econômica na Região, que chegou ao seu ápice em 1915. Sua população, massivamente pobre, assim permaneceu (Santos, 1980). Brondizio (2008) afirma que, após esse período da borracha, a produção de açúcar foi retomada em algumas áreas da Amazônia, como o estuário do Rio Amazonas, mas entrou em decadência ao longo da década de 1950.

Após essa decadência econômica, o Estado brasileiro definiu algumas políticas para dinamizar, economicamente, a Região. Becker (2009) periodiza essa fase em dois momentos, entre 1930 e 1966 e entre 1966 e 1985. A primeira englobou o governo Vargas, com a “Marcha para o Oeste”, a delimitação oficial da região, por meio de critérios científicos e a criação da Superintendência de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), que revelam uma preocupação regional, entretanto sem ações específicas nesse campo. No governo de Juscelino Kubitschek, de 1956 a 1961, sob o lema “energia e transporte”, ações efetivas, na perspectiva regional, ocorreram, como a abertura da rodovia Belém-Brasília e Brasília-Acre.

Becker (2009) explica que é somente entre 1966 e 1985 que se inicia, de fato, o planejamento regional na Amazônia.



O Estado toma para si a iniciativa de um novo ciclo de devassamento amazônico, num projeto geopolítico para a modernização acelerada da sociedade e do território nacionais. Nesse projeto, a ocupação da Amazônia assume prioridade (Becker, 2009, p.185-187).

Todas essas fases não foram suficientes para alavancar o desenvolvimento regional, porque não compreenderam mudanças estruturais na Região, que levariam à transformação social, tão necessária para a Amazônia deixar de ser vista apenas como reserva dos recursos. Ao contrário, dispararam um intenso processo de degradação ambiental, como avaliado por vários autores (Moran; Brondizio; Batistella, 2008; Malhi *et al.*, 2008; Brondizio *et al.*, 2009, Haddad, Araújo, I.F., Feltran-Barbieri, 2024),

By 2001, about 837,000 km<sup>2</sup> of Amazonian forests had been cleared, with 1990s gross rates of ~25,000 km<sup>2</sup> year<sup>-1</sup>. Clearance is concentrated in the “arc of deforestation” on the southern and eastern margins, driven primarily by expansion of cattle and soybean production, and along the Andean piedmont. Amazonia lies inside nine nations, but 80% of deforestation has been in Brazil and 70% of that is provoked by cattle ranching<sup>1</sup> (Malhi *et al.*, 2008).

Nas nações mais pobres e vulneráveis do mundo, a maioria das cidades e vilas enfrenta uma pressão dupla: população em rápido crescimento e alta vulnerabilidade aos impactos das mudanças climáticas, comprometendo a disponibilidade de recursos naturais. Isso, por sua vez, coloca em risco o abastecimento de água, a infraestrutura, a saúde e os meios de subsistência nas próprias cidades que lutam para atender ou salvaguardar essas necessidades essenciais (Dodman, 2008). Essa questão também permeia as pequenas cidades da Amazônia, portanto, essas são preocupações que também nos movem neste artigo.

É a partir desta temática que o presente artigo se estrutura e tem como objetivo apresentar uma discussão sobre o desenvolvimento regional na Amazônia Legal, para discutir o papel que a economia local e as cadeias da sociobiodiversidade desempenham nas pequenas cidades da Amazônia. Como estudo de caso, o artigo analisa as pequenas cidades da Região Intermediária de Breves (RegInt), localizada no arquipélago do Marajó, estado do Pará, a partir do exemplo das cidades de Ponta de Pedras e Afuá.

---

1 Até 2001, cerca de 837.000 km<sup>2</sup> de florestas amazônicas haviam sido desmatadas, com taxas brutas de desmatamento na década de 1990 em torno de 25.000 km<sup>2</sup> por ano. O desmatamento se concentra no “arco do desmatamento” nas margens sul e leste, impulsionado principalmente pela expansão da produção de gado e soja, e ao longo do sopé dos Andes. A Amazônia está localizada em nove países, mas 80% do desmatamento ocorreu no Brasil, e 70% desse desmatamento é provocado pela pecuária.

## METODOLOGIA

Este artigo é resultado de uma pesquisa de 17 anos sobre as pequenas cidades do estuário do Rio Amazonas. Utilizamos o método de estudo de caso, para aprofundar a discussão sobre economia urbana, perfil dos moradores e os aspectos ambientais. Nesse processo, foram utilizados: dados populacionais dos Censos 2010 e 2022 (IBGE, 2010; IBGE, 2022); dados obtidos da aplicação de formulários aos moradores das cidades de Ponta de Pedras e Afuá, procedimentos aprovados pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade de São Paulo 49693015.7.0000.5421, CAAE nº 69815317.8.0000.5503 e CAAE nº 50934121.9.0000.5503 aprovados pelo CEP da Universidade do Vale do Paraíba. Os formulários foram aplicados para mais de 10% da população das áreas urbanas. As aplicações ocorreram no mês de julho de 2017, 2018, 2019 e 2023. Os formulários abordavam o perfil socioeconômico da população, suas redes sociais e comerciais, entre outras questões relevantes para o estudo.

Foram considerados os dados do Produto Interno Bruto - PIB (IBGE, 2024), e da RAIS - Relação Anual de Informações Sociais (Ministério do Trabalho e Emprego, 2024). Também foram analisados os indicadores fornecidos pelos municípios das regiões estudadas, além de informações obtidas nos órgãos públicos locais e estaduais durante a pesquisa de campo.

## A REGIÃO INTERMEDIÁRIA DE BREVES: CARACTERÍSTICAS GERAIS

A Região da Amazônia Legal é formada por nove estados (Acre, Amapá, Amazonas, parte do Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins) e congrega 772 municípios (IBGE, 2022), portanto 772 cidades, sedes desses municípios (Figura 1). Apesar de o bioma amazônico estar presente em oito países, 60% de sua extensão está no Brasil. De acordo com Malhi *et al.* (2008), 80% do desmatamento do bioma ocorreu no Brasil, sendo que 70% deste desmatamento foi causado por atividades agropecuárias.

Sobre as cidades amazônicas, da Amazônia Legal, Trindade Jr. (2010) afirma que há uma urbanodiversidade. A urbanodiversidade “é revelada não somente por diversos tipos de cidades e pela existência de múltiplos tipos de urbanização que decorrem de um único processo, mas também por formas mistas de espaços” (Trindade Jr., 2010, p. 235).

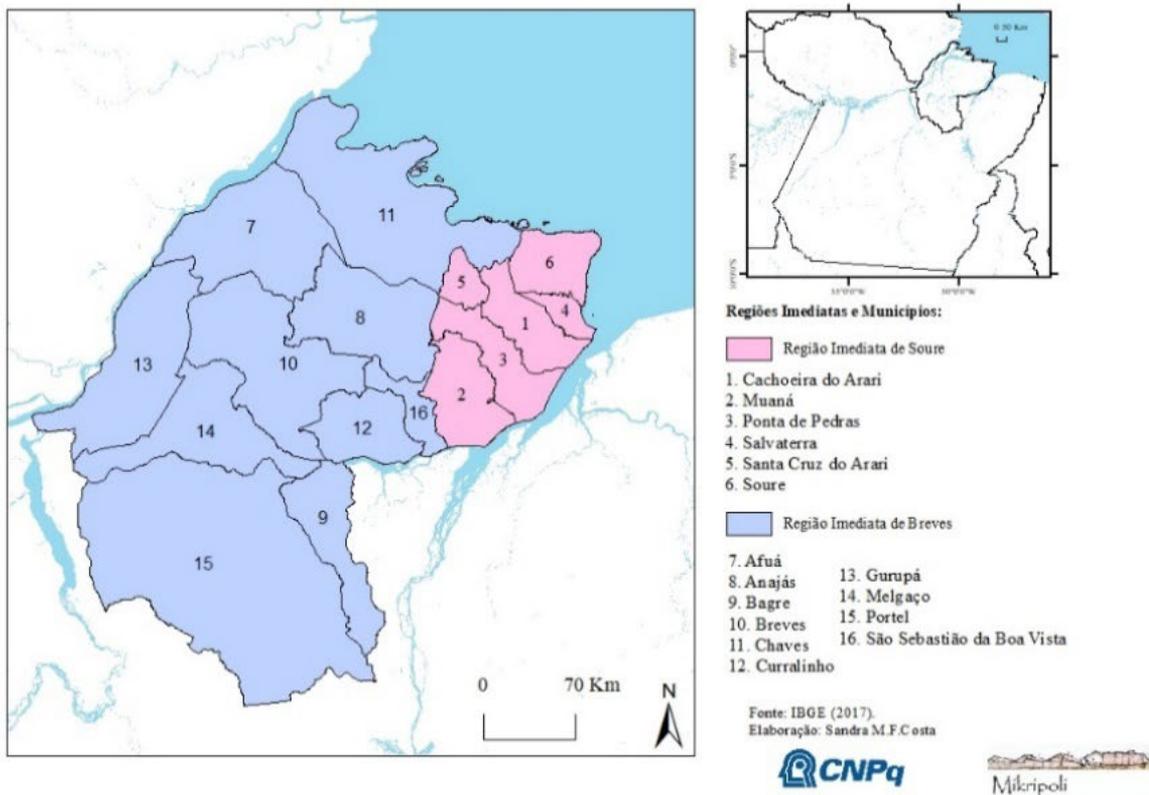
Essa urbanodiversidade é encontrada também na Região Intermediária (RegInt) de Breves e é reflexo da forte relação e dependência dessas cidades com os recursos da floresta. Essa RegInt, estabelecida pelo IBGE (2017), é formada por 16 municípios e, portanto, 16 cidades-sedes administrativas (Figura 2).





Figura 2 | Localização e composição da RegInt de Breves

Região Intermediária de Breves. Localização, Regiões Imediatas e Municípios, 2017



Fonte: Acervo do Laboratório de Estudo das Cidades - UNIVAP (2024).

## DESENVOLVIMENTO REGIONAL, PROBLEMAS AMBIENTAIS E A ECONOMIA DA SOCIOBIODIVERSIDADE NA AMAZÔNIA

No contexto da discussão que apresentamos neste artigo, é importante compreender o sentido de desenvolvimento regional. Corrêa, Silveira e Kist (2019, p. 4) ponderam que o sentido de desenvolvimento “tem se mostrado, ao longo do tempo, polissêmica”. Os autores afirmam que este processo ocorre de forma desigual no espaço e, quando é iniciado em pontos específicos, “tem a característica de fortalecer as regiões mais dinâmicas em detrimento das menos dinâmicas” (Corrêa, Silveira e Kist, 2019, p.7). Celso Furtado pondera que “o que caracteriza o desenvolvimento é o projeto social subjacente. [...]. Quando o projeto social dá prioridade à efetiva melhoria das condições de vida da população, o crescimento metamorfoseia em desenvolvimento” (Furtado, 1984, p.11-12).



Um aspecto importante, ressaltado por Corrêa, Silveira e Kist (2019, p.10), é que a industrialização, *per se*, não garante continuidade ao desenvolvimento, pois mudanças sociais precisam, de fato, ocorrer. Assim, o desenvolvimento regional se mostra como uma importante vertente de política territorial, “pois é um processo histórico que exige transformação nas bases sociais e econômicas”, que pode ser construído de forma colaborativa, com a participação de todos os atores da região (Corrêa, Silveira e Kist, 2019p. 12). Em complemento, Theis *et al.* (2022, p.262) reforça que o desenvolvimento regional é “o” remédio com que se procura combater as desigualdades. No entanto, não existe apenas “um” remédio para as disparidades regionais” (Theis *et al.*, 2022, p.262).

Etges e Degrandi (2013, p.88) explicam que as desigualdades socioespaciais são intrínsecas ao modo de produção capitalista e a forma como se estabeleceu. Para os autores, a “desigualdade é uma das suas características e, também, uma das suas consequências”. Durante muito tempo, a superação das desigualdades regionais ocorreria, unicamente, por meio da industrialização, uma forma de superar o subdesenvolvimento e a pobreza (Etges e Degrandi, (2013). Esse modelo foi predominante, entre as décadas de 1950 e 1970, nos países periféricos, incluindo o Brasil, que procurou seguir todas as suas diretrizes, conforme os mesmos autores. Essa concepção econômica se refletiu na estruturação regional da Amazônia brasileira.

Sabe-se que, após os anos 1960, a Amazônia foi alvo de diferentes políticas do governo federal. Após o golpe de 1964, o governo militar iniciou uma nova fase de programas de desenvolvimento e de exploração econômica da Região Amazônica.

Kohlhepp (2007, p. 480-487) explica que o planejamento de desenvolvimento regional para a Região Amazônica, nas últimas cinco décadas, pode ser dividido em quatro fases principais, com objetivos bastante diferentes: 1) o Programa para a Integração Nacional (PIN), proposto na primeira metade dos anos 1970, baseava-se no conceito de planejamento de “eixos de desenvolvimento”, estabelecido por meio da construção de numerosas estradas, como a Transamazônica e outras, as quais se constituíram eixos de migração/colonização para a Amazônia e foram planejadas para o estabelecimento de áreas de atividades econômicas; 2) Programa Polamazônia de 1974 a 1980, proposto no auge do “milagre econômico” brasileiro, envolveu a exploração econômica setorial, tendo aumentado a participação do capital privado, tornando-se o novo foco central da estratégia de desenvolvimento, baseada em pontos



focais setoriais como, por exemplo, extração de recursos minerais ou áreas de criação de gado com possível processo industrial; 3) Programas de desenvolvimento rural integrado, do início dos anos 1980, assentados na ideia de colonização agrícola por pequenos agricultores, como o Programa Polonoroeste, em Rondônia e no noroeste de Mato Grosso, financiado pelo Banco Mundial; 4) Megaprogramas dos anos 1980, tal como o “Projeto Grande Carajás”, os quais, além de não fortalecerem o desenvolvimento regional, fizeram com que se pagasse um preço alto pelo crescimento econômico, pois tais megaprojetos contribuíram fortemente com a destruição da floresta tropical e a degradação ecológica e social.

Assim, durante o período do nacional-desenvolvimentismo brasileiro, a Amazônia foi ocupada, compreendendo-se a heterogeneidade desse processo. Essa diversidade se refletiu na forma como as culturas e os estilos de vida das populações excluídas do desenvolvimento, como os ribeirinhos e os povos indígenas, foram impactados. Outro aspecto importante é o reflexo dessas políticas no comprometimento ambiental da Região. Um exemplo foi a velocidade do desmatamento e da propagação de queimadas, que avançaram após a década de 1970 (p.e.: Fearnside, 2001; Nepstad, 2000; Kohlhepp, 2007; Edmonds *et al.*, 2020; Anthony *et al.*; 2021).

Não há como aceitar a ideia simplista de que a determinados espaços ecológicos devem corresponder espaços econômicos, numa sobreposição plena e totalmente ajustável. [...].

O que se cometeu de pseudoplanejamento, feito à distância, na fase que fundamentou a abertura da rodovia Transamazônica, não tem paralelo em qualquer parte do mundo, em termos de ausência de noção de escala, responsabilidade civil por propostas predatórias, e falta de conhecimentos efetivos da realidade física, ecológica e social da Amazônia Brasileira (Ab’Saber, 1989, p.5-8).

Nesse aspecto, diversos autores têm discutido a importância de rever o modelo econômico, assumido pelas políticas de governo, que comprometeram a qualidade de vida dos seus moradores e a conservação do bioma. Para tanto, modelos que busquem a valorização da floresta em pé ao mesmo tempo em que dialoguem com o modo de vida da população têm sido apontados como mais adequados à realidade amazônica, com foco principalmente nas cadeias de Produtos Florestais Não Madeireiros (PFNM), como açaí, castanha, buriti, andiroba, cupuaçu, palmito, entre outros. O interesse nesses produtos está justamente no potencial ganha-ganha entre desenvolvimento econômico e conservação florestal, uma vez que os PFNMs fazem parte da própria base alimentar, material e cultural da Amazônia



e dependem de uma simbiose com a floresta. Nos últimos anos, tanto o setor privado quanto diferentes políticas e iniciativas não governamentais têm buscado meios de fomentar as cadeias de produtos da sociobiodiversidade, definida aqui como aquela “que expressa a inter-relação entre a diversidade biológica e a diversidade de sistemas socioculturais” (Brasil, 2009, p9). Sendo assim, cabe destacar que a incorporação da centralidade do aspecto social como componente indissociável aos objetivos ecológicos e de conservação da biodiversidade tem sido objeto de políticas ligadas às comunidades tradicionais e agricultores familiares (Ferreira *et al*, 2024).

O Brasil é signatário da Convenção de Diversidade Biológica (1998) e, em 2003, a Política Nacional de Biodiversidade coloca como um dos objetivos a promoção do uso sustentável da biodiversidade, mas que leve em consideração os aspectos sociais, culturais e ambientais. Em 2007, houve o reconhecimento das práticas dos povos e comunidades tradicionais através de política própria, que busca dar maior ênfase na defesa dos modos de vida, da proteção dos territórios e dos direitos humanos, econômicos, sociais, culturais e ambientais desses grupos. Posteriormente, em 2009, um esforço interministerial lançou o Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade (Brasil, 2009).

Mais recentemente, os esforços para a institucionalização em torno da pauta da bioeconomia ganham maior relevância nas estratégias de desenvolvimento nacional em diferentes escalas e setores. Em 2023, foi criada a Secretaria Nacional de Bioeconomia, sob a estrutura do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima. Em 2024, há a elaboração da Estratégia Nacional de Bioeconomia (Decreto nº 12.044/2024), que define a bioeconomia como “o modelo de desenvolvimento produtivo e econômico baseado em valores de justiça, ética e inclusão, capaz de gerar produtos, processos e serviços, de forma eficiente, com base no uso sustentável, na regeneração e na conservação da biodiversidade, norteado pelos conhecimentos científicos e tradicionais e pelas suas inovações e tecnologias, com vistas à agregação de valor, à geração de trabalho e renda, à sustentabilidade e ao equilíbrio climático”.

Entretanto, a amplitude e a falta de clareza do conceito de bioeconomia podem ser prejudiciais aos povos e ecossistemas da Amazônia, ao permitir que atividades que foquem exclusivamente aspectos econômicos, industriais ou de inovação em detrimento do caráter social sejam classificados como bioeconomia, o que leva a diferentes autores advogarem pelos termos sociobiodiversidade (Galvanese; Puga, Grigoletto, 2024) ou sociobioeconomia (Ferreira *et al.*, 2024).



E como as pequenas cidades se inserem nessa discussão? Como mencionou Ab'Saber (1989, p.5), é importante reavaliar o “papel que as cidades e a rede urbana preexistente podem desempenhar nos processos de desenvolvimento incentivado”. São situações que precisam ser consideradas, para pensar um futuro sustentável para a Região Amazônica.

## **AS PEQUENAS CIDADES/LOCALIDADES E A ECONOMIA DA SOCIOBIODIVERSIDADE: A REGIÃO INTERMEDIÁRIA DE BREVES, PARÁ.**

A rede urbana brasileira é formada por aproximadamente 90% de pequenos núcleos urbanos. Assim como todo o território nacional, a Amazônia brasileira é dominada pelas pequenas cidades/localidades. De acordo com os dados do IBGE (2010, 2022), até 2010, pequenos municípios, com população total abaixo de 50 mil habitantes, representavam 88,7% dos 772 municípios, e congregavam 44,7% da população total da Região. Em 2022, esses dados não variaram muito, sendo que 87% dos municípios possuíam até 50 mil residentes, incorporando 38,2% dos moradores.

Considerando apenas a população que reside nas sedes administrativas, portanto, população urbana, observa-se que 72,4% da população da Amazônia Legal, em 2010, residia em cidades, de diferentes portes (IBGE, 2010). Apesar de as cidades com mais de 200 mil habitantes congregarem 42% desta população urbana, as pequenas, com menos de 50 mil habitantes, representavam mais de 93% dessas cidades, onde residiam 40% dos moradores urbanos da Região, ou seja, apesar de invisibilizadas, essas pequenas cidades contribuíram para a formação de uma “floresta urbanizada” (Becker, 1985). Cardoso, Dal’Asta, Monteiro (2023, p.1) esclarecem que a urbanização pretérita, ou nativa, que incorporava a floresta totalmente, não eram compreendidas como tal e não fizeram parte da agenda dos governos e tampouco estiveram presentes nas discussões da academia.

Assim, podemos afirmar que as pequenas cidades exercem um papel fundamental na rede urbana regional, em razão dos serviços que oferecem e das relações sociais e culturais que propiciam, além da importância para a região Amazônica, para o país e para o mundo. Entretanto, para entendê-las, e sua importância para a discussão regional e socioambiental-econômica, é



preciso compreender que “essas redes de centralidades configuram localidades entre rios e florestas, estabelecendo um continuum urbano-rural, e não um dipolo urbano-rural. É preciso desfocar a agenda da dualidade urbano-rural” (Cardoso, Dal’Asta, Monteiro, 2023, p.3).

As cidades pequenas da Amazônia possuem, usualmente, economias de transformação frágeis e fracas, a dependência elevada de repasses federais e estaduais, maior disponibilidade de emprego no setor público, baixa aptidão para oferecer serviços básicos, tais como acesso à infraestrutura, educação e segurança pública, e predominância das atividades econômicas relacionadas aos recursos da floresta, os quais, muitas vezes, funcionam como parte de um sistema econômico informal (Guedes, Costa e Brondizio, 2009; Costa e Brondizio, 2009). Entretanto, nestes lugares, pulsam modos de vida (Oliveira, 2006, p.27-28).

Costa *et al.* (2012, p.57) explicam que, enquanto a maior parte das cidades da Amazônia são resultado dos últimos 40 anos de dinâmica regional, como aquelas localizadas na fronteira agrícola, as cidades da região da várzea dos rios Solimões e Amazonas, “grandes e pequenas, compreendem 300 anos de história de formação urbana, economia baseada nos recursos da floresta”. Considerando as pequenas cidades, Oliveira (2006) corrobora Costa *et al.* ao afirmar que as pequenas cidades ribeirinhas parecem ter suas dinâmicas, social e econômica, ligadas à dimensão da sustentabilidade e da biotecnologia, que têm articulado esses espaços ao mundo, mesmo que de forma indireta. Um exemplo é a influência que a produção de açaí tem tido na economia dessas pequenas cidades (Brondizio, 2008; Costa *et al.*, 2017). O extrativismo é importante fonte de renda para vários outros municípios da Amazônia, como Nhamundá. De acordo com Antunes, Costa e Bartoli (2024, p.8), esse município, considerado de pequeno porte, é comandado pelo setor primário da economia, tendo como a base da economia a produção proveniente da extração vegetal e agricultura. Para os autores, o produto mais importante é a castanha-do-brasil e sua produção no município pode criar alternativas sustentáveis de desenvolvimento.

Para aprofundar essa discussão, trazemos o exemplo da Região Intermediária de Breves, no estado do Pará, em particular a situação de duas pequenas cidades/municípios: Afuá e Ponta de Pedras, localizadas no Arquipélago do Marajó. Esses dois municípios, utilizados como casos de estudo, são grandes produtores de açaí.



## A ECONOMIA DO AÇAÍ: O CASO DE AFUÁ E PONTA DE PEDRAS

Mesmo sendo considerado um “país com grandes períodos de instabilidade econômica”, o Brasil está presente e atuante no mercado de produtos florestais, sendo um dos países que mais exportam matéria-prima dessas bases (Gonçalves Júnior *et al.*, 2024, p.9). Segundo Silva *et al.* (2024, p. 4) “em 2021, o saldo da balança comercial do setor de base florestal brasileiro foi de US\$ 10,7 bilhões, um crescimento de 20% em relação a [sic]2020”. A produção de açaí tem contribuído com esse crescimento.

Fruto nativo da Região Norte, o açaí teve um maior desenvolvimento nas várzeas da Amazônia brasileira (Bentes *et al.* 2017). De acordo com a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab, 2019), os maiores produtores do açaí são, respectivamente, os estados do Pará e Amazonas, sendo que, em 2016, suas produções totalizaram 87,50% da produção nacional, tendo o Pará, no período de 10 anos, aumentado a produção de açaí: em 2006, a produção foi de 88.547 toneladas, em 2016, obteve-se 131.836 toneladas (Tavares; Homma, 2015; Conab, 2019), um gradativo e expressivo aumento na produção, representando um crescimento de 48,88%.

Brondizio (2008) explica que a expansão da economia do fruto do açaí ocorreu a partir de uma combinação de fatores internos e exógenos à Região. Essa expansão, conforme o autor, não pode ser compreendida apenas como produto de uma migração rural e do crescimento urbano, mas está historicamente relacionada aos hábitos alimentares locais, como cultura, e ao mercado internacional, como alimento e moda, símbolo de vida saudável, ambientalismo e inteligência social. No estuário do rio Amazonas, a produção do açaí predomina como base econômica de muitos municípios, recurso esse que não gera impostos diretos para o local, considerando sua característica extrativista (Brondizio, 2008). “The phase of urban staple food is characterized by a boom in consumption of açaí as a staple food in large regional urban centers [...] nationally, and more recently internationally” (Brondizio, 2008, p.172).

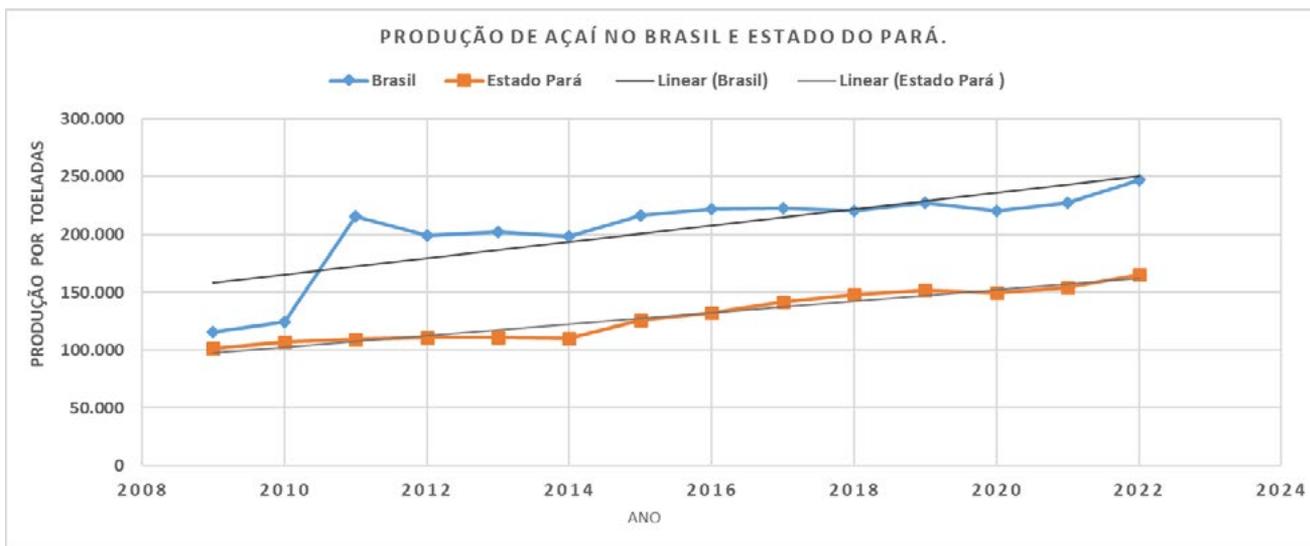
Na Figura 3, observa-se que a produção de açaí teve um aumento significativo no Brasil e no Estado do Pará, o qual é responsável por mais de 80% da produção nacional. A fruticultura do açaí nesse estado está concentrada, principalmente, na região do estuário amazônico, onde os municípios de Afuá, Ponta de Pedras, Igarapé-Miri, Abaetetuba, e Cametá se destacam como os principais centros de produção. As palmeiras de açaí, que crescem naturalmente nas várzeas e igapós, são cultivadas tanto em áreas de manejo agroflorestal como em sistemas de produção mais intensivos.



Na Tabela 1, pode-se observar a lista dos maiores municípios produtores de açaí no Brasil. Entre os 20 maiores produtores, 9 (45%) são municípios da RegInt de Breves (Afuá, Muaná, São Sebastião da Boa Vista, Ponta de Pedras, Breves, Cachoeira do Arari, Anajás, Curralinho e Portel), os quais são responsáveis por 24% da produção do estado.

Nas comunidades rurais do município de Ponta de Pedras (Pará), a expansão e intensificação do mercado do açaí nas últimas duas décadas têm desempenhado um papel crucial nas decisões familiares sobre migração e uso da terra (Padoch *et al.*, 2008). Por exemplo, o acesso a recursos e oportunidades econômicas tem permitido que famílias rurais sem-terra, como os meeiros, possam investir em moradias urbanas e ampliar as opções educacionais para suas famílias, sem, no entanto, romper completamente os laços com as áreas de produção rural. Entretanto, chama-se atenção para o aumento da demanda pelo produto, que pode gerar pressões sobre os recursos naturais, levando à intensificação do manejo das palmeiras e, em alguns casos, ao desmatamento ou perda da biodiversidade (Cunha; Costa, 2020).

**Figura 3** | Produção do açaí no Brasil e Estado do Pará por toneladas de 2009 a 2024



Fonte: IBGE – Cidades (2024).

**Tabela 1** | Produção de açaí, nos 20 maiores municípios produtores, do País, em toneladas

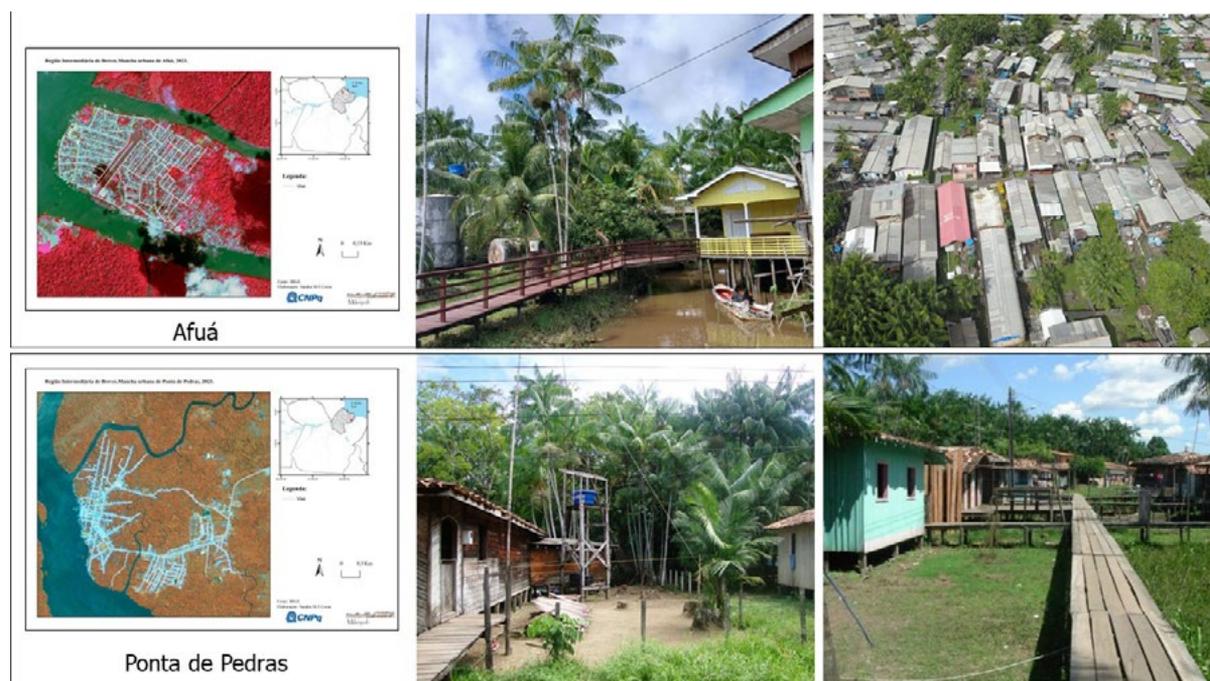
Municípios	1990	2000	2010	2018	2019
Limoeiro do Ajuru	15.877	15.254	20.231	41.000	42.000
Oeiras do Pará	350	2.845	8.909	26.000	26.500
Afuá	800	2.585	4.100	9.250	9.300
Mocajuba	5.660	4.209	5.378	8.100	8.200
Muaná	741	5.650	8.505	7.260	7.000
Inhangapi	250	222	3.781	7.000	7.500
São Sebastião da Boa Vista	738	4.100	7.166	6.852	6.300
Ponta de Pedras	42.150	10.600	13.197	6.250	6.000
Magalhães Barata	-	-	2.750	4.000	4.500
São Domingos do Capim	19	198	2.120	4.000	4.500
São Miguel do Guamá	3.995	1.603	4.700	3.500	3.800
Igarapé-Miri	2.400	9.000	5.800	2.900	2.700
Marapanim	-	50	1.600	2.200	2.500
Breves	110	220	810	1.562	1.620
Cachoeira do Arari	-	3.010	3.296	1.548	1.487
Anajás	191	290	980	1.250	1.350
Curralinho	80	350	920	1.250	1.800
Baião	925	848	477	1.029	1.100
Portel	12	35	450	980	1.000
Barcarena	2.550	4.100	2.500	900	700

Fonte: Adaptado de Tavares *et al.* (2022).

O açaí faz parte da paisagem destas pequenas cidades. São jardins de açaizeiros, que não apenas tornam os ambientes mais agradáveis, como proporcionam a colheita do fruto, no período da safra, para consumo familiar. Na Figura 4 apresenta-se a localização das duas cidades e os quintais de açaizais de Afuá e Ponta de Pedras.

As pequenas cidades de Afuá e Ponta de Pedras possuíam, em 2022, 11.875 e 11.753 habitantes, respectivamente (IBGE, 2022). O acesso a essas cidades ocorre apenas por meio do sistema fluvial e, em casos particulares, por aeronaves de pequeno porte. A renda média das famílias é baixa, de acordo com formulários aplicados aos moradores urbanos, sendo que 50% das famílias, em Afuá, recebiam até 1 salário-mínimo<sup>2</sup>; e, em Ponta de Pedras, 49%. O IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) de ambos os municípios, em 2010, era considerado igualmente baixo, com Afuá apresentando um índice de 0,489, e Ponta de Pedras 0,562. Segundo dados da RAIS (2016), a maioria dos vínculos trabalhistas, com carteira assinada, pertenciam à administração pública, tanto em Ponta de Pedras, com 86%, quanto em Afuá, com 85%. Entretanto, o urbano destas pequenas cidades é definido predominantemente pelo setor de serviços, que consegue atender ao perfil econômico da maior parte da população. Esses são indicadores que reforçam a vulnerabilidade social desses municípios e de suas sedes administrativas.

**Figura 4** | Quintais de açazeiros, das cidades de Afuá e Ponta de Pedras, no estado do Pará



Fonte: Acervo do Laboratório de Estudo das Cidades - UNIVAP (2024).

2 De acordo com o Decreto 8.948/2016, em 01/01/2017, o salário-mínimo correspondia a R\$ 937,00.

As pequenas cidades, sedes desses municípios produtores, se tornaram a base da cadeia produtiva do açaí, considerando que o fruto colhido, na cidade ou no município, é transportado para as feiras de açaí, onde são comercializados localmente, ou mesmo em outras cidades., como a feira de Belém, ou mesmo comercializados diretamente com as fábricas produtoras de polpa, muitas das quais inserem o produto no mercado nacional ou internacional<sup>3</sup>. Na Figura 5, as imagens representam o sistema produtivo do açaí, nas pequenas cidades de Afuá e Ponta de Pedras. Na figura: a) São frutos do açaí colhidos pelos trabalhadores nas comunidades ribeirinhas, para serem vendidos no porto em Belém - Pará, onde os comerciantes locais e algumas fábricas de polpa compram essa mercadoria; b) Barco recolhendo a produção de açaí nas comunidades rurais de Ponta de Pedras, para serem levados e vendidos no porto em Belém – Pará; os barqueiros são conhecidos como marreteiros; c) Ponto de venda de Batedor de açaí; d) Plantio de açaí na área de várzea; e) ponto de venda na cidade. Nesse cenário, as pequenas cidades da Amazônia, como Ponta de Pedras e Afuá, localizadas no Arquipélago do Marajó, têm uma base econômica fortalecida na produção e comercialização do açaí de várzea.

**Figura 5** | Cadeia produtiva do açaí



Fonte: Acervo do Laboratório de Estudos das Cidades (2018, 2019, 2020, 2023).

3 NASCIMENTO, Igor. Açaí paraense conquista o mercado árabe e se destaca na COP 28. Disponível em: <https://www.agenciapara.com.br/noticia/49847/acai-paraense-conquista-o-mercado-arabe-e-se-destaca-na-cop-28>

Assim, a economia do açaí tem um papel fundamental na geração de renda para diversas famílias nas áreas urbanas e rurais da Amazônia, especialmente no estado do Pará. Nos municípios de Ponta de Pedras e Afuá, essa importância se reflete nas atividades econômicas relacionadas à cadeia produtiva do açaí, como a extração, comercialização e processamento do fruto.

De acordo com os dados obtidos por meio de formulários aplicados aos moradores urbanos, 9,6% dos chefes de família de Ponta de Pedras e 9,5% de Afuá declararam que suas atividades econômicas estão ligadas diretamente à produção do açaí. Além disso, outro dado relevante reforça o impacto econômico do setor: em Ponta de Pedras, 13,8% da renda familiar é derivada dessas atividades, enquanto em Afuá essa porcentagem é de 7,1%.

Esses números evidenciam a relevância da cadeia produtiva do açaí como uma das principais fontes de subsistência para muitas famílias, especialmente em regiões onde as opções de emprego formal são limitadas. O açaí, além de ser um símbolo cultural, é um pilar econômico essencial para o desenvolvimento local e regional.

Considerando essas informações, baseadas em quase duas décadas de pesquisa, afirma-se que a atividade econômica ligada ao manejo do açaí tem grande relevância para os municípios da Região Intermediária de Breves, no Pará, onde muitas famílias dependem diretamente dessa cadeia produtiva para a geração de renda. O açaí não só sustenta a economia local, mas também se integra culturalmente às práticas de vida dessas comunidades. No entanto, a expansão descontrolada dessa atividade, motivada pela ampliação do consumo internacional do produto, representa uma ameaça significativa à biodiversidade da floresta amazônica e à manutenção econômica das famílias que vivem dessa atividade.

Com o aumento da demanda por açaí, especialmente no mercado global, áreas cada vez maiores da floresta estão sendo convertidas para a monocultura do fruto, o que pode comprometer a diversidade biológica que é crucial para o equilíbrio ecológico da região, principalmente do Delta (Anthony *et al.*; 2021). A simplificação dos ecossistemas — com o foco em poucas espécies, como a palmeira do açaí — afeta negativamente outros componentes da biodiversidade, como plantas, animais e até os ciclos naturais da floresta. Além disso, práticas de manejo inadequadas podem agravar problemas de degradação do solo e do desmatamento.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Região Amazônica sofre continuamente com ações humanas, desde as políticas iniciais, como colônia portuguesa, à atualidade, com os afrouxamentos das legislações de preservações ambientais e controle de desmatamento. Pode-se dizer que a atuação das políticas colonialistas no Brasil não cessou, apenas sofreu modificações, e atualmente, apresentam-se de formas diferentes. Assim, as ações econômicas atuais podem ser vistas como uma “Colonização Contemporânea”, principalmente, pela perspectiva da aproximação de grandes empreendedores com a região, pois o objetivo continua sendo o mercado internacional, sem considerar as necessidades locais. Essas práticas podem levar à descaracterização e degradação da floresta e ao perecimento da população que vive de seus recursos.

A produção de açaí no Pará é um exemplo de como um produto da biodiversidade amazônica pode impulsionar o desenvolvimento econômico local, ao mesmo tempo que coloca desafios para a sustentabilidade ambiental e social. O futuro da produção de açaí no Brasil dependerá da capacidade de equilibrar a expansão econômica com a preservação dos ecossistemas e o bem-estar das comunidades produtoras.

Algumas sugestões podem permitir o crescimento econômico baseado no açaí sem colocar em risco o futuro da floresta e das comunidades que dela dependem. Dessa forma, é possível aliar desenvolvimento econômico à conservação ambiental na Região de Breves. Um exemplo seria estimular o uso de técnicas que respeitem os ciclos naturais e mantenham a saúde do solo e da floresta. Isso inclui o uso de sistemas agroflorestais e técnicas de manejo que regenerem áreas degradadas. Outra saída seria os governos locais e regionais criarem incentivos para práticas que respeitem a biodiversidade. Mais do que incentivar a expansão da produção desses produtos, como o açaí, deveríamos ampliar as discussões sobre que economia é possível, para diminuir a vulnerabilidade social da Região Amazônica e, ao mesmo tempo, proteger a floresta. Preservar o que sempre existiu e produzir em harmonia com a floresta será a verdadeira revolução ambiental na região, muito mais profunda e transformadora do que a simples “reverdecimento” das áreas já degradadas por prática econômicas estabelecidas em nome de um não alcançável “desenvolvimento regional”.



## AGRADECIMENTOS:

Os autores agradecem à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), no Processo nº 2023/10756-7, e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), no Processo nº 308863/2023-2, pelos financiamentos que possibilitaram esta pesquisa.

## REFERÊNCIAS

AB'SABER, Aziz. Zoneamento ecológico e econômico da Amazônia: questões de escala e método. **Estudos Avançados**, v. 3, n. 5, p. 4-20, jan. 1989. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/8506>. Acesso em: 3 set. 2024.

ANTHONY, Edward J.; BRONDIZIO, Eduardo S.; SANTOS, Valdenira F. dos; GARDEL, Antoine; BESSET, Manon. Sustainable Management, Conservation, and Restoration of the Amazon River Delta and Amazon-Influenced Guianas Coast: A Review. **Water** 2021, 13, 1371. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/w13101371>. Acesso em: 4 set. 2024.

ANTUNES, Cassiel Kim; COSTA, Sandra Maria Fonseca da; BARTOLI, Estevan. ECONOMIA DE UMA PEQUENA CIDADE E A FLORESTA: A CADEIA PRODUTIVA DA CASTANHA-DO-BRASIL EM NHAMUNDÁ, AM. *In: Anais eletrônico do VII Simpósio Nacional Sobre Pequenas Cidades – SINAPEQ VII. Desafios ambientais e socioespaciais contemporâneos para as pequenas cidades*. Anais...São José dos Campos (SP) Universidade do Vale do Paraíba, 2024. p.8. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/VIISINAPEQ/871751-ECONOMIA-DE-UMA-PEQUENA-CIDADE-E-A-FLORESTA--A-CADEIA-PRODUTIVA-DA-CASTANHA-DO-BRASIL-EM-NHAMUNDA-AM>. Acesso em: 3 set. 2024.

BECKER, Bertha. Fronteira e urbanização repensadas. **Revista Brasileira de Geografia**, 47: 357-371, 1985.

BECKER, Bertha K. Geopolítica da Amazônia. **Estudos Avançados**, v. 19, n. 53, p. 71-86, jan. 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/54s4tSXRLqzF3KgB7qRTWdg/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 10 abr. 2024.

BECKER, Bertha K. **Amazônia: geopolítica na virada do III milênio**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009, p. 185-187.

BENTES, Elisabeth dos Santos; HOMMA, Alfredo Kingo Oyama; SANTOS, César Augusto Nunes dos. EXPORTAÇÕES DE POLPA DE AÇAÍ DO ESTADO DO PARÁ: situação atual e perspectivas. *In: 55° CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL*, 2017.

BRASIL. **Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade**. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério do Meio Ambiente, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009. Disponível em: <https://bibliotecadigital.economia.gov.br/bitstream/123456789/1024/1/Plano%20Sociobiodiversidade.pdf>. Acesso em: 5 set. 2024.

BRONDIZIO, Eduardo S. **The amazonian caboblo and the açai palm – forest farmers in the global market**. New York: The New York Botanical Garden Press, 2008, p. 172.

BRONDIZIO, Eduardo S.; CAK, Anthony; CALDAS, Marcellus M.; MENA, Carlos; BILSBORROW, Richard; FUTEMMA, CeliaT.; LUDEWIGS, Thomas, MORAN; EmilioF.; BATISTELLA, Mateus. Small Farmers and Deforestation in Amazonia. **Amazonia and Global Change**, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1029/2008GM000737>. Acesso em: 5 set. 2024.

CARDOSO, Ana Cláudia Duarte; DAL'ASTA, Ana Paula; MONTEIRO, Antônio Miguel V. O que é o urbano na Amazônia contemporânea? Implicações para a vigilância em saúde no bioma. **Cadernos de Saúde Pública**, 39(9):e00129723. 2023. Doi: 10.1590/0102-311XPT129723. Disponível em: <https://cadernos.ensp.fiocruz.br/ojs/index.php/csp/article/view/8358>. Acesso em: 4 set. 2024, p. 1,3.

CONAB, Companhia Nacional de Abastecimento. **Açaí (fruto), março de 2019**. Análise mensal, 2019.



CORRÊA, José Carlos Severo; SILVEIRA, Rogério Leandro Lima; KIST, Rosane Bernardete Brochier. SOBRE O CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL: NOTAS PARA DEBATE. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, [S. l.], v. 15, n. 7, 2019, p. 4,7,10,12. Disponível em: <https://www.rbgdr.com.br/revista/index.php/rbgdr/article/view/5255>. Acesso em: 16 ago. 2024.

COSTA, Sandra Maria Fonseca; BRONDIZIO, Eduardo S. Inter-urban dependency among Amazonian cities: urban growth, infrastructure deficiencies, and socio-demographic networks. REDES: **Revista do Desenvolvimento Regional**, v. 14, n. 3, p. 211-234, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.17058/redes.v14i3.1122>. Acesso em: 3 set. 2024.

COSTA, Sandra Maria Fonseca da; MONTOIA, Gustavo Rodrigo Milaré; RANGEL, Jobair Assis; ISSA, Pedro. Pequenas cidades do estuário do Rio Amazonas: fluxo econômico, crescimento urbano e as novas velhas urbanidades da pequena cidade de Ponta de Pedras. REDES: **Revista do Desenvolvimento Regional**, v. 17, n. 2, p. 56-74, 2012. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/2281>. Acesso em: 4 set. 2024.

COSTA, Sandra M.F.; RANGEL, Jobair A.; MONTOIA, Gustavo R.M.; VALOTA, Ed Carlos S. A relação entre a economia do açaí e crescimento urbano em uma pequena cidade do estuário do rio Amazonas: uma reflexão. **Revista Geográfica Venezuelana**, 58(1), 2017, p. 10-25. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/3477/347753792002/>. Acesso em: 2 set. 2024.

CUNHA, Miguel A.; COSTA, Sandra M. F. da. Mapeamento da palmeira de açaí (*Euterpe oleracea* Mart.) na floresta Amazônica utilizando imagem de satélite de alta resolução espacial. **Revista Espinhaço**, [S. l.], v. 9, n. 2, 2020. DOI: 10.5281/zenodo.4432830. Disponível em: <https://revistas.ufvjm.edu.br/revista-espinhaco/article/view/164>. Acesso em: 5 set. 2024.

DODMAN, David. **Against the tide**: climate change and high risk cities. United Kingdom: N. p., 2008. Web.

EDMONDS, Douglas A., CALDWELL, Rebecca L., BRONDIZIO, Eduardo S; SIANI, Sacha M. O. Coastal flooding will disproportionately impact people on river deltas. **Nat Commun**, 11, 4741, 2020. Disponível em: <https://www.nature.com/articles/s41467-020-18531-4>. Acesso em: 4 set. 2024.

ETGES, Virginia Elisabeta; DEGRANDI, José Odim. Desenvolvimento regional: a diversidade regional como potencialidade. **Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional**, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 085-94, 2013. DOI: 10.7867/2317-5443.2013v1n1p085-094. Disponível em: <https://ojsrevista.furb.br/ojs/index.php/rbdr/article/view/3649>. Acesso em: 16 ago. 2024.

FEARNSIDE, Philip M. Soybean Cultivation as a Threat to the Environment in Brazil. **Environmental Conservation** 28 (1), p. 23-38. 2001. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/environmental-conservation/article/abs/soybean-cultivation-as-a-threat-to-the-environment-in-brazil/191311DBCD27A85DBF0782E989956867>. Acesso em: 4 set. 2024.

FERREIRA, Joice N.; COUDEL, Emilie; ABRAMOVAY, Ricardo; BARLOW, Jos. A lack of clarity on the bioeconomy concept might be harmful for Amazonian ecosystems and its people. **Ecological Economics**, v. 224, 2024. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/382077195\\_A\\_lack\\_of\\_clarity\\_on\\_the\\_bioeconomy\\_concept\\_might\\_be\\_harmful\\_for\\_Amazonian\\_ecosystems\\_and\\_its\\_people](https://www.researchgate.net/publication/382077195_A_lack_of_clarity_on_the_bioeconomy_concept_might_be_harmful_for_Amazonian_ecosystems_and_its_people). Acesso em: 4 set. 2024.

FURTADO, Celso. O Nordeste: reflexões sobre uma política alternativa de desenvolvimento. **Brazilian Journal of Political Economy**, [S. l.], v. 4, n. 3, 1984. Disponível em: <https://centrodeeconomiapolitica.org/repos/index.php/journal/article/view/1892>. Acesso em: 19 ago. 2024.

GALVANESE, Carolina S.; PUGA, Bruno Peregrina; GRIGOLETTO, Fábio. Desafios à exploração sustentável da sociobiodiversidade como vetor de desenvolvimento de territórios rurais no Brasil. **Raízes**, no prelo, 2024.

GONÇALVES JÚNIOR, Carlos Alberto; GIROTTO, Cassia; LOPES, Ricardo Luis; SESSO FILHO, Umberto Antonio. O comércio



de valor adicionado e a participação do Brasil nas Cadeias Globais de Valor. **Revista Unioeste**, v.28, n.1, p. 9, 164 - 189, 2024. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/gepec/article/view/31928>. Acesso em: 4 set. 2024.

GUEDES, Gilvan; COSTA, Sandra; BRONDIZIO, Eduardo. Revisiting the hierarchy of urban areas in the Brazilian Amazon: a multilevel approach. **Population and environment**, v. 30, p. 159-192, 2009. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s11111-009-0083-3>. Acesso em: 4 set. 2024.

HADDAD, Eduardo A., ARAÚJO, Inácio F., FELTRAN-BARBIERI, Rafael; PEROBELLI, Fernando S.; ROCHA, Ademir; SASS, Karina S.; NOBRE, Carlos A.. Economic drivers of deforestation in the Brazilian Legal Amazon. **Nat Sustain**, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1038/s41893-024-01387-7>. Acesso em: 4 set. 2024.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico**. 2010. Recuperado em 21 fev. 2024. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000>. Acesso em: 4 set. 2024.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Divisão Regional do Brasil**. 2017. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/cartas-e-mapas/redes-geograficas/15778-divisoes-regionais-do-brasil.html>. Acesso em: 2 set. 2024.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico**. 2022. Recuperado em 21 fev. 2024. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-demografico/demografico-2022/inicial>. Acesso em: 5 set. 2024.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2024). **Produto Interno Bruto dos Municípios**. Recuperado em 21 fev. 2024, de <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9088-produto-interno-bruto-dos-municipios.html?t=series-historicas&c=1500701>. Acesso em: 4 set. 2024.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas - Cidades. **Produção de açaí**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/pesquisa/16/0?tipo=grafico>. Acesso em 25 ago. 2024. Acesso em: 4 set. 2024.

KOHLHEPP, Gerd. Desenvolvimento regional na Amazônia Brasileira. Estratégias de ordenamento territorial e conflitos entre interesses econômicos e uso sustentável dos recursos naturais nas florestas tropicais. In: PASSOS, M. M. dos. **BR-163 - De estrada dos colonos a corredor de exportação**. Maringá: Editora Massoni., 2007. p.15-62, 480-487.

MALHI, Yadvinder; ROBERTS, Timmons; BETTS, Richard A.; KILLEN, Timothy; LI, Wenhong; NOBRE, Carlos A. Climate change, deforestation, and the fate of the Amazon. **Science**, v. 319, n. 5860, p. 169-172, 2008. Disponível em: <https://www.science.org/doi/10.1126/science.1146961>. Acesso em: 19 ago. 2024.

MORAN, Emílio F.; BRONDIZIO, Eduardo S.; BATISTELLA, Mateus. Trajetórias de desmatamento e uso da terra na Amazônia Brasileira: uma análise multiescalar. In: BATISTELLA, Mateus; MORAN, Emílio; ALVES, Diógenes (ed.). **Amazônia natureza: sociedade em transformação**. São Paulo: Edusp, 2008. p. 55-70.

NEPSTAD, Daniel C. **Avança Brasil: os custos ambientais para a Amazônia**. Belém: Editora Alves, 2000.

OLIVEIRA, José Aldemir de. A cultura, as cidades e os rios na Amazônia. **Ciência e Cultura**, v. 58, n. 3, p. 27-29, 2006. Disponível em: <https://riu.ufam.edu.br/handle/prefix/6957>. Acesso em: 19 ago. 2024.

PADOCH, Christine; BRONDIZIO, Eduardo S.; COSTA, Sandra M.F.; PIÑEDO-VASQUEZ, Miguel; SEARS, Robin R.; SIQUEIRA, Andréa. Urban Forest and Rural Cities: Multi-Sited Households and Consumption of Forest Resources in the Amazon. **Ecology and Society**, 13(2): 2. 2008. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/288369650\\_Urban\\_Forest\\_and\\_Rural\\_Cities\\_Multi-sited\\_Households\\_Consumption\\_Patterns\\_and\\_Forest\\_Resources\\_in\\_Amazonia](https://www.researchgate.net/publication/288369650_Urban_Forest_and_Rural_Cities_Multi-sited_Households_Consumption_Patterns_and_Forest_Resources_in_Amazonia). Acesso em: 20 ago. 2024.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Amazônia, Amazônias**. São Paulo: Editora Contexto, 2015, p. 1.

SANTOS, Roberto. **História econômica da Amazônia (1800-1920)**. São Paulo: T.A. Queiroz, 1980, p. 18, 117, 256-257.



SILVA, Márcio Lopes da; SOARES, Naisy Silva; SOUZA, Jianne Rafaela Mazzini de; SILVA, Jessie Albertina Carvalho da. Efeito preço, quantidade e taxa de câmbio nas exportações brasileiras de celulose e de papel e papelão: um olhar para os períodos de crise econômica. **Revista Unioeste**, v.28, n.1, p. 4, 10-24, 2024. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/gepec/article/view/30871>. Acesso em: 20 ago. 2024.

TAVARES, Geraldo dos Santos; HOMMA, Alfredo Kingo Oyama. Comercialização do Açaí no Estado do Pará: alguns comentários. **Revista Eumednet**, 2015. Disponível em: <https://www.alice.cnptia.embrapa.br/alice/bitstream/doc/1031486/1/acaipara.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2024.

TAVARES, Geraldo dos Santos; HOMMA, Alfredo Kingo Oyama ; MENEZES, Antônio José Elias A. de; PALHETA, Marivaldo Palha. Análise da produção e comercialização de açaí no estado do Pará, Brasil. In: HOMMA, A. K. O. (ed.). **Sinergias de mudança da agricultura amazônica: conflitos e oportunidades**. Brasília, DF: Embrapa, 2022. Disponível em: <https://www.alice.cnptia.embrapa.br/alice/handle/doc/1143144>. Acesso em: 20 ago. 2024.

THEIS, Ivo Marcos; LIMA, Jandir Ferrera; OLIVEIRA, Nilton Marques de; BARBOSA, José Luciano Albino; RANDOLPH, Rainer. DESENVOLVIMENTO REGIONAL: CONSTRUÇÃO DE UM CAMPO DE SABER?. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, [S. l.], v. 18, n. 1, 2022, p. 262. DOI: 10.54399/rbgdr.v18i1.6383. Disponível em: <https://www.rbgdr.com.br/revista/index.php/rbgdr/article/view/6383>. Acesso em: 16 ago. 2024.

TRINDADE JR., Saint-Clair Cordeiro da. **Diferenciação territorial e urbanodiversidade: elementos para pensar uma agenda urbana em nível nacional**. CIDADES, Volume 7, Número 12, 2010, p. 235. Disponível em: <https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/cidades/article/view/12587>. Acesso em: 16 ago. 2024.



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons  
Atribuição 4.0 Internacional.

